



EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO

PROCESSO N° 0001/2025
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
NÚMERO DA MODALIDADE 0001/2025

1. PREÂMBULO

O **FUNDO MUNICIPAL PREVIDENCIÁRIO DE ESPERA FELIZ** torna público que fará realizar licitação na modalidade de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, com base da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, do tipo **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

A **DISPENSA DE LICITAÇÃO** será conduzida pelo **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** auxiliado pela **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**, conforme designação contida nos autos do processo.

A **DISPENSA DE LICITAÇÃO** será realizada dia **04 de abril de 2025, às 09h:00min**, na plataforma Licitanet: www.licitanet.com.br, quando deverão ser apresentados, no início, os documentos para credenciamento, a declaração de que o proponente cumpre os requisitos de habilitação e dos envelopes proposta de preços e documentos de habilitação.

2. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS MÉDICO-PERICIAIS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIA MÉDICA, COM JUNTA MÉDICA, POR DEMANDA, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ/MG, AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ, ELABORAÇÃO DE LAUDOS MÉDICOS CIRCUNSTANCIADOS E OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS.

TIPO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Esta **DISPENSA DE LICITAÇÃO** é do tipo menor preço **POR ITEM**.



3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente contratação onerarão dos recursos orçamentários das seguintes classificações contábeis.

Ficha: 3390390000 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

4.ESPECIFICAÇÃO DE VALOR ESTIMADO

4.1 O Valor Global estimado para a presente contratação é de **R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais)**, com base nos preços ofertados atualmente no mercado para os itens, que será considerado o Valor Máximo Admissível para a contratação.

5. PRAZO E FORMA PARA ENVIO DO DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 PRAZO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS: O vencedor será convocado em até **02 horas** para entrega de documentos contados a partir do encerramento da disputa pelo sistema.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar desta DISPENSA DE LICITAÇÃO, pessoas de natureza jurídica, regularmente estabelecidas no país que atendam às condições exigidas neste Aviso e seus anexos, devendo pertencer ao ramo da atividade pertinente e compatível com o objeto pretendido.

6.2 Não poderão participar desta DISPENSA DE LICITAÇÃO os interessados:

a) Proibidos de participar de licitações e celebrar Contratos Administrativos, na forma da legislação vigente.

7. PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 A Proposta Preços deverá ser apresentada na forma deste Edital, redigida em papel timbrado do INTERESSADO por Meio Mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Edital, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP. telefone/e -mail e pessoa de contato;

b) Preços de acordo com os praticados no mercado, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da Lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R\$) ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.



c) Prazo de validade de proposta não inferior a 90 (noventa) dia, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

7.2 A proposta de preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta DISPENSA DE LICITAÇÃO, tais como: tributos, emolumentos. Contribuições sociais, fiscais, parafiscais fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.

7.3 Para a correta elaboração da proposta de preços, deverá o INTERESSADO examinar todos os documentos exigidos neste Edital, bem como em TERMO DE REFERÊNCIA e atender a todas as condições nele contidas.

7.4 A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Edital será desconsiderada julgando-se pela DESCLASSIFICAÇÃO;

7.5 O valor entre os lances enviados pelos licitantes não poderá ser inferior a R\$ 0,01 (um centavo).

7.6 Os preços ofertados após a disputa não poderão exceder os VALORES MÁXIMO, constantes neste Edital.

8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1 Para fins de comprovação de habilitação deverão ser apresentados junto com a proposta de preços, os documentos abaixo relacionados, com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade.

8.2 Para habilitação desta Dispensa de Licitação será exigida a seguinte documentação:

8.2.1 Habilitação Jurídica:

- a) Ato constitutivo. **Estatuto ou Contrato Social** em vigor, devidamente Registrado ou Inscrito.
- b) Em se tratando de Microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

8.2.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Comprovante de Inscrição no **CPF** e/ou Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** do Ministério da Fazenda **CNPJ**;

b) Em se tratando de Micro empreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual – CCMEI;

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

c) **Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União**, no âmbito da RFB e da PGFN abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” e “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.751, de 02/10/2014.

d) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

e) Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do INTERESSADO:

f) Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do INTERESSADO:

g) Prova de Regularidade com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRFI.

h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, com prazo de validade de 180 (cento e oitenta dias), contados da data de sua emissão, de acordo com a Legislação federal “Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011”.

8.2.3 Habilitação Econômico-financeira

a) **Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou execução patrimonial**, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

a.1) Caso o licitante encontre-se em recuperação judicial, admite-se a participação, em licitações, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, na forma do Acórdão TCU – Plenário – 1201/2020.

8.2.4 – Habilitação Qualificação Técnica

a) A empresa ou o profissional designado para realização dos serviços deverá comprovar aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto desta contratação, realizada por meio de atestado(s)/portarias/decretos, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

b) Os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado contendo razão social, endereço, da pessoa jurídica que o emitiu, além da identificação (nome e função) do declarante. Caso esses requisitos não sejam atendidos, impossibilitando O FUMPREF de efetuar diligência, se julgar necessário, os atestados não serão considerados.

9 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1 PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1.1 As propostas apresentadas em consonância com as regras e exigências deste Edital serão CLASSIFICADAS e será declarada vencedora a que apresentar o menor preço, respeitados os critérios de preferência estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.1.2 Os interessados que apresentarem proposta de preços com divergência às exigências deste Aviso e seus anexos será DESCLASSIFICADA.

9.1.3 O Agente de contratação poderá solicitar a proposta reajustada com valores unitários.

9.1.3 O Agente de contratação poderá realizar diligência a qualquer tempo.

10. OBRIGAÇÕES E PENALIDADES E SANÇÕES

10.1. As obrigações, penalidades e sanções serão as elencadas na Lei 14.133/2024.

11. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

A execução do objeto deverá ocorrer em até 05 dias a contar do recebimento da autorização de fornecimento, conforme Termo de Referência.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 O interessado não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta DISPENSA DE LICITAÇÃO.

12.2 Todos os anexos e cláusulas integram o presente edital.

Espera Feliz/MG, 01 de abril de 2025.

Adão Fernandes Ferreira
Presidente do FUMPREF

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

01. INFORMAÇÕES BÁSICAS

PROCESSO LICITATÓRIO OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS MÉDICO-PERICIAIS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIA MÉDICA, COM JUNTA MÉDICA, POR DEMANDA, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ/MG, AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ, ELABORAÇÃO DE LAUDO MÉDICO CIRCUNSTANCIADO E OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS.

02. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação do serviço justifica-se pela necessidade de dotar as dependências do FUMPREF de condições adequadas de trabalho, trazendo para integrar a instituição, assessoria com profissionais especializados em serviços médico-periciais, para prestação de serviços de perícia médica para implementação do processo de readaptação funcional dos servidores públicos do município de Espera Feliz/MG.

O serviço a ser contratado visa a atender à necessidade premente do FUMPREF de realizar as perícias médicas nos servidores públicos municipais por meio de profissionais que detêm o conhecimento técnico hábil a analisar os requerimentos relativos à análise clínica/médica de segurados, relativos a afastamentos laborais e incapacidades correlatas, existência de doenças e demais análises médicas congêneres, adequando sua estrutura para o atendimento às demandas de requerimentos de benefícios a serem concedidos ou denegados.

Amparo legal; Lei 14.133/21, Seção III – Da dispensa de licitação, Art. 75, Inciso II.

O serviço deve ser executado por profissional ou empresa cujo reconhecimento na área de atuação seja essencial e reconhecidamente adequado à satisfação do objeto a ser contratado.

03. ÁREA REQUISITANTE

Município de Espera Feliz, Fundo Municipal Previdenciário de Espera Feliz/MG, responsável: Adão Fernandes Ferreira.

04. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Almeja-se uma organização capaz de:

- I - Realizar Perícias destinadas a afastamentos médicos ou por incapacidade superiores a cinco dias.
- II - Realizar perícias para auxílio-doença: (a) prorrogações de salário-maternidade; (b) readaptações/reabilitações e demais afastamentos e análises médicas semelhantes.
- III - Quanto a servidores públicos municipais em geral e em seus dependentes inválidos/incapazes: (a) perícias para fins de aposentadoria por invalidez; (b) perícias para readaptações/reabilitações; (c) perícia para fins de pensão por morte concedida a dependente inválido;
- IV - Realização de análises médicas relativas a isenção de imposto de renda e imunidade de contribuição previdenciária;
- V - Realização de perícia médica para demais afastamentos e análises médicas congêneres;
- VI - Realização de perícias médicas para eventuais acompanhamentos em processos judiciais respectivos, com pagamento fixo estabelecido em Resolução própria, observadas as demais formalidades legais;
- VII – Elaboração de laudos médicos circunstanciados.

OBSERVAÇÕES:

- A) Relativamente aos afastamentos por incapacidade superiores a cinco dias de servidores públicos contribuintes do FUMPREF, bem como demais afastamentos e análises médicas congêneres: análise da existência de incapacidade para o trabalho por período superior a 5 (cinco) dias, nos termos da legislação pertinente, bem como análise de demais restrições, peculiaridades e afastamentos do trabalho presencial do servidor do município e demais análises médicas porventura cabíveis;
- B) Relativamente aos processos de auxílio-doença de servidores públicos contribuintes do FUMPREF: a existência de incapacidade temporária para o exercício das funções inerentes ao cargo, desde que superior a 15 (quinze) dias consecutivos, conforme legislação municipal;
- C) Relativamente aos processos de prorrogação de salário-maternidade de servidores públicos contribuintes do FUMPREF: a existência de situação clínica excepcional hábil



a justificar a prorrogação dos períodos de repouso anterior ou posterior em duas semanas, conforme legislação municipal;

D) Relativamente aos processos de readaptações/reabilitações e demais afastamentos e análises médicas congêneres de servidores públicos municipais em geral: análise de incapacidades parciais e eventuais restrições ao trabalho e/ou funções, bem como peculiaridades ligadas a afastamentos/doença de servidores, inclusive para fins de definição e indicação de readaptações e reabilitações profissionais, afastamentos do trabalho presencial, dentre outros, nos termos legais;

E) Relativamente aos processos de aposentadoria por invalidez de servidores públicos municipais em geral: análise da existência de incapacidade de servidor, em gozo ou não de auxílio-doença, insuscetível de recuperação, com ou sem restrição funcional, reabilitação ou readaptação perante o órgão ou entidade a que se vincule, mediante a submissão do periciando à análise de junta médica, conforme legislação municipal;

F) Relativamente aos processos de pensão por morte a dependentes inválidos/incapazes de servidores públicos municipais em geral: análise da existência de invalidez de dependente do servidor público falecido, conforme legislação municipal;

G) Relativamente aos processos de isenção de imposto de renda e imunidade de contribuição previdenciária para servidores públicos aposentados e pensionistas: análise da existência, em servidores aposentados e pensionistas, de doença profissional, grave ou incurável para fins de isenção de imposto de renda, previstas no rol taxativo dos incisos XIV e XXI do artigo 6º da Lei Federal nº 7.713/88, bem como análise da existência de doença incapacitante para fins de imunidade/isenção de contribuição previdenciária prevista no artigo 40, § 21, da Constituição Federal, conforme regulamento previsto na IN RPP 70/22;

H) Acompanhamento em processos judiciais relativos aos itens anteriores, bem como análise da condição clínica de servidores públicos empossados para demais afastamentos e casos congêneres que envolvam análise médica, ainda que não citados anteriormente, que já estejam ou que possam vir a ser criados pela legislação (com exceção de aposentadorias especiais), especialmente aquelas previstas na Constituição Federal, na legislação municipal, na Portaria nº 1.467/22, do Ministério do Trabalho e Previdência e/ou normas correlatas ou subsequentes que vierem a lhe substituir.

A contratada deverá ter uma referência no mercado, ter notório saber na área em que atua, além de uma reputação ilibada, sendo demonstrado através de atestados de capacidade técnica emitido por Pessoa Jurídica de direito público comprovando que o profissional presta ou já prestou serviço de forma regular e corretamente ao objeto.

05. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A contratação está prevista nos moldes das contratações anteriores, inerente ao objeto em questão, nas mesmas condições e com valores compatíveis com o mercado.



06. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA E A ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Serão contratados serviços por um período de 12 (doze) meses, perfazendo um valor médio de R\$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais), por perícia. Estima-se a realização de até 50 (cinquenta) serviços anual.

07. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Os serviços são de natureza continuada, cuja interrupção poderá prejudicar as atividades da Contratante, e estender-se-ão por mais de um exercício financeiro, cuja contratação terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses na forma da lei.

08. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A necessidade institucional do presente estudo, não possui relação com outras contratações da Instituição, inclusive futuras.

09. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Os recursos necessários ao objeto do presente termo correrão por conta da Dotação Orçamentárias, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual.

Ficha: 008.

Funcional Programática: 003001.0927200522.173.118.

Categoria Econômica: 33903900 – Outros Serviços terceiros pessoa jurídica.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

A perícia médica para a aposentadoria por incapacidade permanente consiste em uma avaliação técnica do estado clínico do servidor público municipal que, estando ou não em fruição de auxílio-doença, seja considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício das atribuições inerentes ao cargo para o qual foi provido, ensejando o pagamento de proventos enquanto permanecer nessa condição.

Após uma análise detalhada, a perícia médica elaborará um relatório circunstanciado descrevendo a origem provável da doença, indicando se ela é preexistente ao ingresso do segurado na Prefeitura Municipal. Sendo preexistente, deverá informar se seu agravamento ocorreu em razão da doença ou de fatores externos relacionados, ou não, com a prestação dos serviços. Em qualquer situação, o relatório deve descrever minuciosamente o avanço da doença até que tenha culminado na incapacidade total ou parcial e permanente para o trabalho. No caso de incapacidade parcial, deve informar se esta é temporária ou permanente e, sendo temporária, o prazo estimado para recuperação. No caso de incapacidade parcial permanente, deve especificar as limitações do examinado, bem como as restrições a que estaria sujeito para executar o trabalho sem a necessidade de aposentadoria ou readaptação.

O laudo deve também contemplar se a incapacidade foi causada por acidente de trabalho, doença profissional e/ou doença do trabalho. Em qualquer um dos casos, deve descrever a origem e o desenvolvimento da doença de acordo com os laudos apresentados até a data da avaliação pericial para a constatação da incapacidade ou não.

O laudo médico, a ser preenchido, constituirá um documento técnico que subsidiará a Autarquia Municipal na formação de juízo quanto à concessão ou não de aposentadoria por incapacidade permanente ao segurado avaliado.

O laudo que constatar a situação do examinado será entregue no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da realização da perícia médica, em 03 (três) vias devidamente assinadas e carimbadas com o CRM ou apresentados em arquivo digital, assinados eletronicamente pelos profissionais habilitados, sempre indicando o respectivo CID em caso de existência da patologia.

Serão avaliados também segurados com deficiência que ingressem com pedido de aposentadoria especial. O perito, com base na avaliação realizada, deverá fixar a data provável de início da deficiência e seu grau, durante o período de filiação ao Regime Próprio de Previdência deste Município e de exercício de suas atribuições na condição de servidor público com deficiência, identificando variações de grau e seus respectivos períodos para a confecção de um laudo minucioso acerca da condição pessoal do segurado, a fim de facilitar o correto enquadramento do tempo necessário para a aposentadoria.

O perito também avaliará situações em que os segurados possuem dependentes inválidos, que passarão por uma avaliação médico-pericial para apurar a origem e a causa da incapacidade, bem como a data de início da invalidez, se esta é total ou parcial, temporária ou permanente, elaborando o respectivo laudo pericial.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

O objeto do presente estudo dispensa a necessidade de adequação física do ambiente institucional. Todavia, o setor irá acompanhar a execução dos serviços prestados ao longo do contrato, inclusive, procedendo com avaliações e ou atestados inerente a execução do objeto.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se vislumbram impactos ambientais decorrentes desta contratação.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Entendemos que a contratação é viável, com base neste Estudo Técnico Preliminar, submetendo-o à superior análise e aprovação da Administração.

Espera Feliz, 01 de abril de 2025.

Elcio Gomes de Souza

Técnico Contábil e Assessor do FUMPREF

Daniela Gomes Daniel

Assessor do FUMPREF

Objeto	Unidade	Quantidade	CLINICA OLAVO COSTA	PAULO LÚCIO	PESQUISA 26/12	PESQUISA II 26/12	VALOR MÉDIO
Contratação de Pessoa Jurídica, especializada em serviços médico-periciais, para prestação de serviços de perícia médica para implementação do processo de readaptação funcional dos servidores públicos do Município de Espera Feliz/MG	UND	01	Valor Unit. em R\$ 300,00	Valor Unit. em R\$ 200,00	Valor Unit. em R\$ 1.520,00	Valor Unit. em R\$ 895,00	R\$ 597,50

Metodologia de cálculo: A pesquisa de preços, cotada com fornecedores do ramo pertinente ao objeto, apurou sete cotações de preços, sendo excluída as discrepâncias, ou seja, o menor e o maior valor apresentado. A partir das cotações remanescentes, foi aplicada a média aritmética simples, chegando ao valor unitário de R\$ 597,50 (quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

O presente instrumento de gestão, denominado Termo de Referência, elaborado a partir de estudos técnicos preliminares, tem como objetivo levar o Fundo Municipal Previdenciário de Espera Feliz/MG – FUMPREF a realizar aquisição/contratação de bens ou serviços com a máxima eficiência e economicidade do gasto público, bem como guiar o fornecedor na elaboração da proposta, contribuindo, portanto, com a boa governança pública.

01. FINALIDADE

- 1.1. Demonstrar as necessidades do FUMPREF;
- 1.2. Especificar o objeto, conforme especificações usuais no mercado;
- 1.3. Avaliar o custo financeiro da contratação por meio de estimativa prévia;
- 1.4. Orientar a formulação da proposta pelo licitante;
- 1.5. Balizar a cotação de preços;
- 1.6. Orientar o recebimento do material ou do serviço;
- 1.7. Orientar o gerenciamento e a fiscalização da execução do contrato.

02. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação do serviço justifica-se pela necessidade de dotar as dependências do FUMPREF de condições adequadas de trabalho, trazendo para integrar a instituição, assessoria com profissionais especializados em serviços médico-periciais, para prestação de serviços de perícia médica para implementação do processo de readaptação funcional dos servidores públicos do município de Espera Feliz/MG.

03. DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS MÉDICO-PERICIAIS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIA MÉDICA, COM JUNTA MÉDICA, POR DEMANDA, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ/MG, AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ, ELABORAÇÃO DE LAUDOS MÉDICOS CIRCUNSTANCIADOS E OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS.

04. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E QUANTITATIVO

As especificações do objeto e quantitativo estão delineados na planilha a seguir:

Item	Objeto	Unidade	Quant. Estimada
01	<p>1.1. Contratação de Pessoa Jurídica, especializada em serviços médico-periciais, para prestação de serviços de perícia médica, com junta médica, por demanda, para implementação do processo de readaptação funcional dos servidores do município de Espera Feliz/MG, avaliação e reavaliação de aposentadorias por invalidez, elaboração de laudos médicos circunstanciados e outros serviços correlatos, INCLUINDO:</p> <p>I - Perícias destinadas a afastamentos médicos ou por incapacidade superiores a cinco dias.</p> <p>II - Referentes a auxílio-doença: (a) prorrogações de salário-maternidade; (b) readaptações/reabilitações e demais afastamentos e análises médicas semelhantes.</p> <p>III - Quanto a servidores públicos municipais em geral e em seus dependentes inválidos/incapazes: (a) perícias para fins de aposentadoria por invalidez; (b) perícias para readaptações/reabilitações; (c) perícia para fins de pensão por morte concedida a dependente inválido;</p> <p>IV - Análise médicas relativas a isenção de imposto de renda e imunidade de contribuição previdenciária;</p> <p>V - Perícia médica para demais afastamentos e análises médicas congêneres;</p> <p>VI - Perícia médica para eventuais acompanhamentos em processos judiciais respectivos, com pagamento fixo estabelecido em Resolução própria, observadas as demais formalidades legais;</p> <p>VII - Elaboração de laudos médicos circunstanciados.</p> <p>1.2. DO DETALHAMENTO DO OBJETO:</p> <p>I - Relativamente aos afastamentos por incapacidade superiores a cinco dias de servidores públicos contribuintes do FUMPREF, bem como demais afastamentos e análises médicas congêneres: análise da existência de incapacidade para o trabalho por período superior a 5 (cinco) dias, nos termos da legislação pertinente, bem como análise de demais restrições, peculiaridades e afastamentos do trabalho presencial do servidor do município e demais análises médicas porventura cabíveis;</p> <p>II - Relativamente aos processos de auxílio-doença de servidores públicos contribuintes do FUMPREF: a existência de incapacidade temporária para o exercício das funções inerentes ao cargo, desde que superior a 15 (quinze) dias consecutivos, conforme legislação municipal;</p> <p>III - Relativamente aos processos de prorrogação de salário-maternidade de servidores públicos contribuintes do FUMPREF: a existência de situação clínica excepcional hábil a justificar a prorrogação dos períodos de repouso anterior ou posterior em duas semanas, conforme legislação municipal;</p> <p>IV - Relativamente aos processos de readaptações/reabilitações e demais afastamentos e análises médicas congêneres de servidores públicos municipais em geral: análise de incapacidades parciais e eventuais restrições ao trabalho e/ou funções, bem como peculiaridades ligadas a afastamentos/doença de servidores, inclusive para fins de definição e indicação de readaptações e reabilitações profissionais, afastamentos do trabalho presencial, dentre outros, nos termos legais;</p> <p>V - Relativamente aos processos de aposentadoria por invalidez de servidores públicos municipais em geral: análise da existência de incapacidade de servidor, em gozo ou não de auxílio-doença, insuscetível</p>	SERV.	50

	<p>de recuperação, com ou sem restrição funcional, reabilitação ou readaptação perante o órgão ou entidade a que se vincule, mediante a submissão do periciando à análise de junta médica, conforme legislação municipal;</p> <p>VI - Relativamente aos processos de pensão por morte a dependentes inválidos/incapazes de servidores públicos municipais em geral: análise da existência de invalidez de dependente do servidor público falecido, conforme legislação municipal;</p> <p>VII - Relativamente aos processos de isenção de imposto de renda e imunidade de contribuição previdenciária para servidores públicos aposentados e pensionistas: análise da existência, em servidores aposentados e pensionistas, de doença profissional, grave ou incurável para fins de isenção de imposto de renda, previstas no rol taxativo dos incisos XIV e XXI do artigo 6º da Lei Federal nº 7.713/88, bem como análise da existência de doença incapacitante para fins de imunidade/isenção de contribuição previdenciária prevista no artigo 40, § 21, da Constituição Federal, conforme regulamento previsto na IN RPP 70/22;</p> <p>VIII - Acompanhamento em processos judiciais relativos aos itens anteriores, bem como análise da condição clínica de servidores públicos empossados para demais afastamentos e casos congêneres que envolvam análise médica, ainda que não citados anteriormente, que já estejam ou que possam vir a ser criados pela legislação (com exceção de aposentadorias especiais), especialmente aquelas previstas na Constituição Federal, na legislação municipal, na Portaria nº 1.467/22, do Ministério do Trabalho e Previdência e/ou normas correlatas ou subseqüentes que vierem a lhe substituir;</p> <p>IX - Quando a contratada realizar informações complementares a respeito da perícia, seja respondido no prazo máximo de 5 (cinco) dias.</p>		
--	--	--	--

05. HABILITAÇÃO/REGULARIDADE FISCAL PESSOA JURÍDICA

Para habilitação serão exigidos, os seguintes documentos:

- 5.1. contrato social ou certificado de microempreendedor individual, caso seja Pessoa Jurídica;
- 5.2. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), caso seja Pessoa Jurídica;
- 5.3. certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- 5.4. prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), caso seja Pessoa Jurídica;
- 5.5. certidão negativa de débitos relativa aos tributos estaduais;
- 5.6. certidão negativa de débitos relativa aos tributos municipais;
- 5.7. certidão negativa de débitos trabalhistas;
- 5.8. documento de Identificação do Responsável Legal da Empresa Pessoa Jurídica, ou procuração, se o caso;
- 5.9. Alvará de Licença e Funcionamento do consultório, expedido pelo órgão competente e ainda vigente oficialmente;
- 5.10. Prova da Inscrição atualizada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES;
- 5.11. Relação dos Médicos que atuarão no serviço de perícias médicas e que preencham os requisitos deste Edital (obrigatoriamente ao menos um

profissional), com a apresentação de cópia/prova dos respectivos Registros nos Conselhos Regional e Federal de Medicina (CRM e CFM), bem como com Cópias dos Diplomas de Graduação em Medicina e dos Certificados de Especialidade em área da medicina.

05.1. DECLARAÇÕES

5.1.1. Declaração como não emprega menor de idade;

5.1.2. Declaração como o possui profissional capacitado para o cumprimento mínimo de 8 horas semanais de serviços presenciais na sede do município de Espera Feliz;

5.1.3. Declaração como o possui equipamentos, a exemplo, sala de espera e sala(s) para consultas e ou avaliações dotada(s) de materiais e mobiliários adequados, necessários e suficientes para realização dos serviços.

06. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

06.1. Atestados de Capacidade Técnica.

07. ESCOLHA DA SELEÇÃO

Amparo legal; Lei 14.133/21, Seção III – Da dispensa de licitação, Art. 75, Inciso II.

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...].

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros materiais e compras; [...].

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa – grifa-se.

Considerando cenários onde licitações são impraticáveis ou inviáveis, a recente legislação sobre licitações e contratos introduziu exceções à norma geral. Entre estas, destaca-se a Dispensa de Licitação e a Inexigibilidade de Licitação, abordadas no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21. Esta disposição legal aplica-se em situações específicas onde a dispensa de licitação é apropriada.

Os casos que justificam a dispensa de licitações, embora se desviem do princípio constitucional de obrigatoriedade da licitação, são reconhecidos como exceções legítimas a esse princípio. Tais situações caracterizam-se pela

discricionariedade, mas devido à sua significância e a necessidade imperativa de integridade, devem estar acompanhadas de justificações adequadas.

De início, cumpre o esclarecimento de que a dispensa de licitação é modalidade de contratação direta e, portanto, se insere nas exceções constitucionalmente previstas do dever de licitar. Trata-se, assim, de hipótese que, se configurado o permissivo, poderá — isto é, uma faculdade da administração — dispensar a realização do certame licitatório.

Para aferir os valores de mercado, a Administração Pública solicitou propostas orçamentárias de empresas do setor, sendo constatado que, o preço médio, está significativamente abaixo do limite estabelecido na legislação em vigor.

Tendo em vista a natureza dos serviços prestados, objetivando a máxima de eficiência, impõe o parcelamento do objeto, por conseguinte, adjudicação/homologação por item, desde que não haja prejuízo para o herário.

Portanto, nesse contexto, a dispensa de licitação está justificada e amparada legalmente pelo inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

08. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O Presidência do FUMPREF deverá, indicar, em momento oportuno, o gestor do Contrato, o qual será o responsável pelo recebimento do objeto/serviço, tendo como função a conferência do material/serviços como descrito no contrato/neste termo, devendo ser rejeitados os materiais/serviços em desconformidade com o avençado.

O Contrato poderá ser fiscalizado por qualquer integrante do FUMPREF, por todos os demais servidores do quadro de pessoal, bem como, por toda população.

09. OBRIGAÇÕES DAS PARTES ENVOLVIDAS

09.1. Compete à Contratada:

- a) Proceder o fornecimento regular do objeto do contrato;
- b) Comunicar à Autarquia a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;
- c) Zelar pela observância do Código de Ética Médica, principalmente no que se refere aos impedimentos relativos às atividades inerentes ao credenciamento;
- d) Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, a execução dos serviços para os quais foi credenciado e capacitado;



- e) Cumprir as obrigações deste Edital e do Termo de Referência e Contrato, realizando exames médico periciais nos servidores municipais indicados pelo Fundo Municipal Previdenciário de Espera Feliz e/ou de forma indireta (conforme o caso), registrando os resultados conforme estabelecido nos procedimentos de perícia médica do FUMPREF, observado o período e horários declarados para o atendimento, bem como demais obrigações porventura não citadas;
- f) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as demais obrigações contidas no termo de referência ou projeto básico inerente ao processo de contratação;
- g) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica;
- h) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- i) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- j) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- l) Cumprimento mínimo de 8 horas semanais de serviços presenciais;
- m) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

09.2. Compete ao Contratante:

- a) Pagar à Contratada, o preço estabelecido no contrato.
- b) Conferir a integridade física dos serviços, bem como as especificações técnicas de acordo com as especificações do contrato;
- c) Fiscalizar a execução deste Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo presidente cumprimento das

obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

- d) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- e) Atestar nas notas fiscais/faturas, por servidor ou comissão competente, e efetuar os respectivos pagamentos a contratada;
- f) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais, na forma da legislação vigente;
- g) Acompanhar a execução dos serviços.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento mensal será efetuado após o atendimento dos seguintes requisitos:

- a) Recebimento do Serviços;
- b) Recebimento do documento fiscal ou solicitação de pagamento com descrição dos serviços prestados;
- c) Aceitação dos Serviços prestados e emissão da liquidação para o pagamento.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao objeto do presente termo correrão por conta da Dotação Orçamentárias, podendo ser suplementadas, nos termos da LOA vigente.

Ficha nº	Código Orçamentário
08	003001.001.09.272.00522.173 - 339039

12. SANÇÕES CONTRATUAIS:

Durante a execução deste Contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas na cláusula anterior, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas cláusula anterior;
- d) Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

13. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato, podendo ser aditivado por um período de até 12 (doze) meses, nos termos da Lei.

14. VALOR DO CONTRATO

O valor a ser pago pela prestação do serviço ora contratado será o valor médio de **R\$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais), por perícia médica/serviço**, conforme levantamento de preços apurado.

14.1. O pagamento será efetuado pelo FUMPREF, após a apresentação da nota fiscal, devidamente atestada, e da liquidação prevista na Lei n°. 4.320/64.

14.2. A nota fiscal só poderá ser emitida pelo fornecedor somente após a prestação do serviço do respectivo mês.

14.3. A contratante terá até 15 (quinze) dias corridos, após emissão da nota fiscal, para efetivação do pagamento.

15. DA BASE LEGAL:

Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

Espera Feliz, 01 de abril de 2025.

Adão Fernandes Ferreira
Presidente do FUMPREF

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº **XXX/2025, DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI FAZEM O FUNDO
MUNICIPAL PREVIDENCIÁRIO DE
ESPERA FELIZ E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXX.**

Pelo presente instrumento de **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, de um lado o **FUNDO MUNICIPAL PREVIDENCIÁRIO DE ESPERA FELIZ - FUMPREF**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, sediada à Rua Fioravante Padula, 200, Centro, Espera Feliz, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 05.370.615/0001-23 neste ato representada por seu Presidente o **Sr. Adão Fernandes Ferreira**, brasileiro, casado, residente à Rua Lucas Alves da Silva, 82, Bairro Santa Cecília, Espera Feliz/MG, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** CNPJ: **XX.XXX.XXX/0001-XX**, com sediada à **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, nº. **xxx**, Bairro **XXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXXXXXX/XX**, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, ajustam e contratam o presente, cuja celebração foi autorizada pela HOMOLOGAÇÃO constante no Processo **XXX/2025**, Inexigibilidade/**2025**, Lei 14.133/21, Art. 74, inciso III, concomitante com o Art. 78, Inciso I, pelos termos da proposta, do estudo técnico preliminar, do termo de referência e atendidas as cláusulas e condições que anunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO → CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS MÉDICO-PERICIAIS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIA MÉDICA, COM JUNTA MÉDICA, POR DEMANDA, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ/MG, AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ, ELABORAÇÃO DE LAUDOS MÉDICOS CIRCUNSTANCIADOS E OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR → O valor a ser pago pela prestação do serviço ora contratado será de o valor mensal de **R\$ XX.000,00 (xxxxxxxxxx reais)**, perfazendo um valor global de **R\$ XX.000,00 (xxxxxxxxxxxxxxxxxx reais)**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO → O pagamento será efetuado pelo FAPMC, após a apresentação da nota fiscal, devidamente atestada, e da liquidação prevista na Lei nº. 4.320/64.

PARÁGRAFO SEGUNDO → A nota fiscal só poderá ser emitida pelo fornecedor após a prestação do serviço do referido objeto.

PARÁGRAFO TERCEIRO → A contratante terá até 15 (quinze) dias corridos, após emissão da nota fiscal, para efetivação do pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO → O prazo para duração do presente Contrato será até **01/01/2025 a 31/12/2025**, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, a partir de **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTES DE PREÇOS E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – PARÁGRAFO PRIMEIRO → Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do, após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acumulado durante os últimos doze meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO → Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO → O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO → As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO → As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:



Ficha: 008

Funcional Programática: 003001.001.09.272.00522.173

Categoria Econômica: 33903900 – Outros Serviços Terceiro Pessoa Jurídica

Eventuais insuficiências de saldo da dotação serão reforçadas por suplementação nos termos da Lei Municipal.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES.

PARÁGRAFO PRIMEIRO → DA CONTRATANTE:

- I. Fiscalizar a execução deste Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo presidente cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- II. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- III. Atestar nas notas fiscais/faturas, por servidor ou comissão competente, e efetuar os respectivos pagamentos a contratada;
- IV. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais, na forma da legislação vigente;
- V. Assegurar, respeitadas suas normas internas, o acesso do pessoal da **CONTRATADA** aos locais de trabalho;
- VI. Comunicar à **CONTRATADA** qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado neste Contrato, prazo para corrigi-lo;
- VII. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a vigência deste Contrato;

PARÁGRAFO SEGUNDO → DA CONTRATADA:

- I. Proceder o fornecimento regular do objeto do contrato;
- II. Comunicar à Autarquia a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;
- III. Zelar pela observância do Código de Ética Médica, principalmente no que se refere aos impedimentos relativos às atividades inerentes aos serviços prestados;



- IV. Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, a execução dos serviços para os quais foi credenciado e capacitado;
- V. Cumprir as obrigações deste Edital e do Termo de Referência e Contrato, realizando exames médicos periciais nos servidores municipais indicados pelo Fundo Municipal Previdenciário de Espera Feliz e/ou de forma indireta (conforme o caso), registrando os resultados conforme estabelecido nos procedimentos de perícia médica do FUMPREF, observado o período e horários declarados para o atendimento, bem como demais obrigações porventura não citadas;
- VI. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as demais obrigações contidas no termo de referência ou projeto básico inerente ao processo de contratação;
- VII. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica;
- VIII. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- IX. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- X. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- XI. Cumprimento mínimo de 8 horas semanais de serviços presenciais;
- XII. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- XIII. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze



- anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- XIV. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- XV. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANSÕES ADMINISTRATIVAS –

PARÁGRAFO PRIMEIRO → Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- I. der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. der causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- IX. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



PARÁGRAFO SEGUNDO → Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas na cláusula anterior, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas cláusula anterior;
- IV. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO → Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL → O contrato se extingue:

- I. quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;
- II. antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;
- III. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - PUBLICAÇÃO → Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FÓRUM → Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, fica eleito o Fórum da Comarca de Espera Feliz-MG, renunciando, desde já os demais.

E por estarem assim ajustadas, firmam este instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Espera Feliz-MG, xx de xxxxx de 2025.

**Adão Fernandes Ferreira
Presidente do FUMPREF
CONTRATANTE**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ: xxxxxxxxxxxx/0001-xx
CRC MG XXXXXXXX
CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

01: _____
CPF/IDENTIDADE:

02: _____